

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	10
DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	11

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	57
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	58
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	59

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2020</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	880.653.030
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>880.653.030</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	1
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>1</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Extraordinária	31/12/2019	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,15486
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	15/06/2020	Dividendo		Ordinária		0,09425
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	15/06/2020	Dividendo		Ordinária		0,65444

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2020</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2019</b>
1	Ativo Total	13.800.462	10.917.071
1.01	Ativo Circulante	6.431.341	4.011.443
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.931.274	692.337
1.01.02	Aplicações Financeiras	600.018	300.315
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	600.018	300.315
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	600.018	300.315
1.01.03	Contas a Receber	1.670.686	2.038.951
1.01.03.01	Clientes	1.670.686	2.038.951
1.01.04	Estoques	13.078	11.069
1.01.06	Tributos a Recuperar	113.327	61.947
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	113.327	61.947
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a compensar	43.073	1.346
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	70.254	60.601
1.01.07	Despesas Antecipadas	28.933	24.846
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.074.025	881.978
1.01.08.03	Outros	1.074.025	881.978
1.01.08.03.01	Outros créditos	218.602	157.973
1.01.08.03.02	Derivativos	250.731	71.034
1.01.08.03.06	Ativo financeiro setorial	604.692	652.971
1.02	Ativo Não Circulante	7.369.121	6.905.628
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.069.933	4.592.683
1.02.01.04	Contas a Receber	50.569	43.458
1.02.01.04.01	Clientes	50.569	43.458
1.02.01.07	Tributos Diferidos	76.453	415.565
1.02.01.07.02	Créditos fiscais diferidos	76.453	415.565
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.021	1.565
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.941.890	4.132.095
1.02.01.10.03	Derivativos	644.190	74.307
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	407.256	396.377
1.02.01.10.05	Imposto de renda e contribuição social a compensar	0	64.903
1.02.01.10.06	Outros tributos a compensar	65.844	64.132
1.02.01.10.07	Ativo financeiro da concessão	3.774.185	3.521.168
1.02.01.10.10	Outros créditos	8.514	8.460
1.02.01.10.11	Ativo financeiro setorial	41.901	2.748
1.02.04	Intangível	2.299.188	2.312.945
1.02.04.01	Intangíveis	2.299.188	2.312.945
1.02.04.01.02	Intangíveis	1.854.243	1.879.944
1.02.04.01.03	Ativo contratual	444.945	433.001

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2020</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2019</b>
2	Passivo Total	13.800.462	10.917.071
2.01	Passivo Circulante	4.551.994	4.040.527
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	51.810	40.112
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	51.810	40.112
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	51.810	40.112
2.01.02	Fornecedores	1.189.041	1.400.323
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.189.041	1.400.323
2.01.03	Obrigações Fiscais	448.061	317.228
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	246.644	107.784
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	7.716
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social - PIS	41.016	11.856
2.01.03.01.03	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	190.039	54.902
2.01.03.01.04	Outras obrigações Federais	15.589	12.852
2.01.03.01.05	IRRF sobre Juros sobre o Capital Proprio	0	20.458
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	199.603	207.390
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	199.603	207.390
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.814	2.054
2.01.03.03.01	Outras obrigações Municipais	1.814	2.054
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.121.811	1.049.017
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.108.446	1.032.936
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	132.267	115.705
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	976.179	917.231
2.01.04.02	Debêntures	13.365	16.081
2.01.04.02.01	Debêntures	13.365	16.081
2.01.05	Outras Obrigações	1.741.271	1.233.847
2.01.05.02	Outros	1.741.271	1.233.847
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.067.052	620.717
2.01.05.02.04	Entidade de Previdência Privada	108.553	191.234
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	410.182	292.772
2.01.05.02.08	Taxas regulamentares	155.484	103.027
2.01.05.02.11	Derivativos	0	26.097
2.02	Passivo Não Circulante	7.642.390	5.354.123
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.080.297	3.533.179
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.946.987	1.405.276
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	969.712	553.878
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.977.275	851.398
2.02.01.02	Debêntures	2.133.310	2.127.903
2.02.01.02.01	Debêntures	2.133.310	2.127.903
2.02.02	Outras Obrigações	1.436.184	1.650.962
2.02.02.02	Outros	1.436.184	1.650.962
2.02.02.02.03	Entidade de Previdência Privada	1.383.514	1.542.274
2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	52.670	108.688
2.02.04	Provisões	125.909	169.982
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	125.909	169.982
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	4.129	4.590

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2020</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2019</b>
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	55.499	104.026
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	63.810	58.484
2.02.04.01.05	Outros	2.471	2.882
2.03	Patrimônio Líquido	1.606.078	1.522.421
2.03.01	Capital Social Realizado	1.325.848	1.308.373
2.03.02	Reservas de Capital	126.767	144.242
2.03.04	Reservas de Lucros	675.618	1.251.953
2.03.04.01	Reserva Legal	123.315	123.315
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	576.335
2.03.04.10	Reserva de retenção de lucros para Investimento	109.658	109.658
2.03.04.11	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	442.645	442.645
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	465.593	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-987.748	-1.182.147

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.447.372	5.083.610	2.561.594	5.087.160
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.064.524	-4.145.914	-2.068.669	-4.116.296
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-1.640.300	-3.345.345	-1.676.475	-3.378.361
3.02.02	Custo de Operação	-208.176	-413.524	-203.805	-395.887
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-216.048	-387.045	-188.389	-342.048
3.03	Resultado Bruto	382.848	937.696	492.925	970.864
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-174.730	-342.971	-177.865	-345.094
3.04.01	Despesas com Vendas	-81.653	-161.032	-81.089	-163.508
3.04.01.01	Amortização	-324	-675	-299	-590
3.04.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-28.695	-50.785	-23.144	-48.567
3.04.01.03	Outras despesas com vendas	-52.634	-109.572	-57.646	-114.351
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-89.297	-171.850	-89.377	-167.218
3.04.02.01	Amortização	-11.152	-20.157	-7.009	-14.209
3.04.02.02	Outras despesas gerais e administrativas	-78.145	-151.693	-82.368	-153.009
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.780	-10.089	-7.399	-14.368
3.04.05.02	Outras despesas operacionais	-3.780	-10.089	-7.399	-14.368
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	208.118	594.725	315.060	625.770
3.06	Resultado Financeiro	35.323	126.950	-20.959	-39.608
3.06.01	Receitas Financeiras	87.209	255.352	71.346	140.131
3.06.02	Despesas Financeiras	-51.886	-128.402	-92.305	-179.739
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	243.441	721.675	294.101	586.162
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-86.507	-256.082	-105.247	-209.843
3.08.01	Corrente	0	2.155	-104.142	-211.007
3.08.02	Diferido	-86.507	-258.237	-1.105	1.164
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	156.934	465.593	188.854	376.319
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	156.934	465.593	188.854	376.319
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019</b>
3.99.01.01	ON	0,18000	0,53000	0,21000	0,43000



**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	156.934	465.593	188.854	376.319
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-3.927	194.398	-1.792	-1.316
4.02.01	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-3.927	25.357	-1.792	-1.316
4.02.03	Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	0	169.041	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	153.007	659.991	187.062	375.003

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.050.210	673.548
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	957.930	897.457
6.01.01.01	Lucro Líquido antes da CSLL e IRPJ	721.674	586.162
6.01.01.02	Amortização	143.755	128.597
6.01.01.03	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21.753	28.866
6.01.01.04	Encargos Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	-50.109	53.185
6.01.01.06	Perdas na Baixa de Ativo Não Circulante	8.389	13.091
6.01.01.08	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	50.785	48.567
6.01.01.11	Despesa (receita) com entidade de previdência privada	61.683	38.989
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	92.280	-223.909
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	310.497	-73.417
6.01.02.03	Tributos a Compensar	53.745	510
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-5.143	-20.116
6.01.02.05	Contas a Receber CDE	4.917	16.132
6.01.02.06	Ativo Financeiro Setorial	18.100	83.088
6.01.02.10	Outros Ativos Operacionais	-132.150	-80.508
6.01.02.11	Fornecedores	-211.283	131.368
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-47.494	-188.475
6.01.02.13	Outros Tributos e Contribuição e Sociais	138.549	14.162
6.01.02.14	Outras obrigações com entidade de previdência privada	-66.271	-41.249
6.01.02.15	Encargos de Dívidas e Debêntures Pagos	-93.146	-141.192
6.01.02.16	Taxas Regulamentares	52.457	149
6.01.02.17	Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	-68.975	-26.238
6.01.02.19	Contas a pagar - CDE	32.273	11.266
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	106.204	90.611
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-654.265	-311.660
6.02.05	Adições Ativo contratual	-356.941	-312.283
6.02.06	Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	-599.998	0
6.02.07	Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	302.674	623
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.842.992	92.492
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	2.220.856	1.827.368
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures Líquido de Derivativos	-341.208	-1.718.884
6.03.03	Liquidação de operações com derivativos	93.344	52.008
6.03.04	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-130.000	-68.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.238.937	454.380
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	692.337	197.579
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.931.274	651.959

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.308.373	144.242	1.251.953	0	-1.182.147	1.522.421
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.308.373	144.242	1.251.953	0	-1.182.147	1.522.421
5.04	Transações de Capital com os Sócios	17.475	-17.475	-576.335	0	0	-576.335
5.04.01	Aumentos de Capital	17.475	-17.475	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-576.335	0	0	-576.335
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	465.593	194.399	659.992
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	465.593	0	465.593
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	194.399	194.399
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	0	0	0	0	25.357	25.357
5.05.02.07	Ganhos (perdas) atuariais liquidados dos efeitos tributários	0	0	0	0	169.042	169.042
5.07	Saldos Finais	1.325.848	126.767	675.618	465.593	-987.748	1.606.078

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.273.423	179.192	1.030.928	0	-572.677	1.910.866
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.273.423	179.192	1.030.928	0	-572.677	1.910.866
5.04	Transações de Capital com os Sócios	34.950	-34.950	-397.190	0	0	-397.190
5.04.01	Aumentos de Capital	34.950	-34.950	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-397.190	0	0	-397.190
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	376.319	-1.316	375.003
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	376.319	0	376.319
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.316	-1.316
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	0	0	0	0	-1.316	-1.316
5.07	Saldos Finais	1.308.373	144.242	633.738	376.319	-573.993	1.888.679

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019</b>
7.01	Receitas	7.810.000	8.045.952
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.475.454	7.753.601
7.01.02	Outras Receitas	385.331	340.917
7.01.02.01	Receita Relativa a construção da infraestrutura de concessão	385.331	340.917
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-50.785	-48.566
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.419.158	-4.381.773
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-3.722.651	-3.714.366
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-576.171	-539.775
7.02.04	Outros	-120.336	-127.632
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.390.842	3.664.179
7.04	Retenções	-144.521	-128.987
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-144.521	-128.987
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.246.321	3.535.192
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	263.111	147.885
7.06.02	Receitas Financeiras	263.111	147.885
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.509.432	3.683.077
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.509.432	3.683.077
7.08.01	Pessoal	256.174	242.359
7.08.01.01	Remuneração Direta	113.843	115.115
7.08.01.02	Benefícios	133.111	117.604
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.220	9.640
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.653.905	2.879.691
7.08.02.01	Federais	1.397.189	1.576.205
7.08.02.02	Estaduais	1.252.488	1.299.680
7.08.02.03	Municipais	4.228	3.806
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	133.760	184.708
7.08.03.01	Juros	132.740	183.347
7.08.03.02	Aluguéis	1.020	1.361
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	465.593	376.319
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	465.593	376.319

## Comentário do Desempenho

### Análise de Resultados – CPFL Paulista

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	2º Trimestre			1º Semestre		
	2020	2019	%	2020	2019	%
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>3.784.858</b>	<b>4.112.125</b>	<b>-8,0%</b>	<b>7.860.786</b>	<b>8.094.519</b>	<b>-2,9%</b>
Fornecimento de energia elétrica (*)	2.760.678	3.171.236	-12,9%	6.109.324	6.366.384	-4,0%
Suprimento de energia elétrica	111.228	140.728	-21,0%	231.299	310.124	-25,4%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	215.029	187.715	14,6%	385.332	340.917	13,0%
Outras receitas operacionais	524.778	601.247	-12,7%	1.152.931	1.160.182	-0,6%
Ativo e passivo financeiro setorial	173.145	11.199	1446,1%	(18.100)	(83.088)	-78,2%
Deduções da receita operacional	(1.337.486)	(1.550.531)	-13,7%	(2.777.176)	(3.007.359)	-7,7%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.447.372</b>	<b>2.561.594</b>	<b>-4,5%</b>	<b>5.083.610</b>	<b>5.087.160</b>	<b>-0,1%</b>
<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>(1.640.300)</b>	<b>(1.676.475)</b>	<b>-2,2%</b>	<b>(3.345.345)</b>	<b>(3.378.361)</b>	<b>-1,0%</b>
Energia comprada para revenda	(1.443.352)	(1.398.361)	3,2%	(2.880.680)	(2.881.895)	0,0%
Encargo de uso do sist transm distrib	(196.948)	(278.113)	-29,2%	(464.665)	(496.465)	-6,4%
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>(598.953)</b>	<b>(570.060)</b>	<b>5,1%</b>	<b>(1.143.541)</b>	<b>(1.083.029)</b>	<b>5,6%</b>
Pessoal	(99.013)	(108.800)	-9,0%	(199.758)	(206.832)	-3,4%
Entidade de previdência privada	(30.445)	(19.494)	56,2%	(61.683)	(38.989)	58,2%
Material	(19.391)	(18.661)	3,9%	(37.910)	(39.112)	-3,1%
Serviço de terceiros	(97.414)	(101.484)	-4,0%	(187.509)	(197.615)	-5,1%
Amortização	(73.224)	(65.057)	12,6%	(143.755)	(128.597)	11,8%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(215.029)	(187.715)	14,6%	(385.332)	(340.917)	13,0%
Outros	(64.437)	(68.848)	-6,4%	(127.594)	(130.967)	-2,6%
<b>Resultado do serviço</b>	<b>208.119</b>	<b>315.060</b>	<b>-33,9%</b>	<b>594.724</b>	<b>625.770</b>	<b>-5,0%</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>35.322</b>	<b>(20.959)</b>	<b>-268,5%</b>	<b>126.950</b>	<b>(39.608)</b>	<b>-420,5%</b>
Receitas financeiras	87.208	71.346	22,2%	255.352	140.132	82,2%
Despesas financeiras	(51.886)	(92.305)	-43,8%	(128.402)	(179.739)	-28,6%
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>243.441</b>	<b>294.101</b>	<b>-17,2%</b>	<b>721.674</b>	<b>586.162</b>	<b>23,1%</b>
Contribuição social	(22.860)	(28.330)	-19,3%	(67.719)	(56.525)	19,8%
Imposto de renda	(63.647)	(76.917)	-17,3%	(188.362)	(153.318)	22,9%
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>156.934</b>	<b>188.854</b>	<b>-16,9%</b>	<b>465.593</b>	<b>376.319</b>	<b>23,7%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>281.343</b>	<b>380.117</b>	<b>-26,0%</b>	<b>738.479</b>	<b>754.368</b>	<b>-2,1%</b>

(\*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho, não foi realizada a reclassificação de receita de disponibilidade de rede ao consumidor cativo - TUSD (nota 25)

### Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 2º trimestre de 2020 foi de R\$ 3.784.858, apresentando redução de 8% (R\$ 327.267) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 3.569.829, apresentando redução de 9,0% (R\$ 354.581) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** redução de 12,9% (R\$ 410.558), principalmente pela (i) redução de 9,9% no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada), principalmente impactada pelos efeitos das medidas restritivas adotadas pelas autoridades para contenção da pandemia do coronavírus (COVID-19) e (ii) redução de 1,9% na tarifa média.
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** redução de 21% (R\$ 29.500), composta principalmente por: (i) redução de venda de energia no MVE (Mecanismo de Venda de Excedente de energia elétrica) (R\$ 129.582), compensado parcialmente por (ii) aumento na venda de energia elétrica de curto prazo (operações realizadas na CCEE) (R\$ 93.208), em decorrência do aumento no volume de energia comercializado, compensado pela redução na tarifa média em função da redução do preço de liquidação de diferenças ("PLD") e (iii) aumento de venda para outras concessionárias (R\$ 6.874).

## Comentário do Desempenho

- iii. **Outras receitas operacionais:** redução de 12,7% (R\$ 76.469) basicamente pelas reduções em: (i) atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 68.854) decorrente da variação do indexador (IPCA); (ii) receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD (R\$ 47.246) em função da redução no volume de energia transportada em 18,5%; compensado pelos aumentos em: (iii) subvenções baixa renda, descontos tarifários e subvenção de bandeiras tarifárias (CCRBT) com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") (R\$ 32.803); e (iv) arrendamento e aluguéis (R\$ 7.360).
- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** aumento na receita (R\$ 161.946), basicamente pelo aumento do saldo de ativos com destaques em: (i) diferimento de custo de energia, neutralidade dos encargos setoriais, sobrecontratação, CDE e outros itens tarifários (R\$ 118.504); (ii) amortização dos ativos e passivos homologados (R\$ 42.343) e (iii) efeitos do RTA (Reajuste Tarifário Anual) (R\$ 1.099).

### Quantidade de energia vendida

No 2º trimestre de 2020, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras permissionárias, apresentou queda de -9,4% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior. O fraco desempenho no 2º trimestre, especialmente nas classes comercial, industrial e poder público, é reflexo da crise sanitária mundial causada pela pandemia do coronavírus (COVID-19). As medidas de isolamento social para enfrentamento da pandemia levaram ao fechamento de comércios e de prédios públicos, além da redução da produção industrial. Com isso, houve um impacto significativo sobre o consumo de energia elétrica no período.

O consumo da classe residencial representa 51,1% do total do mercado fornecido pela distribuidora e registrou queda de -1,2% no 2º trimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa queda reflete principalmente a temperatura mais baixa em 2020 quando comparada ao mesmo período de 2019.

A classe comercial, que representa 17,5% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de -23,6% no 2º trimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior.

A classe industrial, que representa 9,2% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de -29,2% no 2º trimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e permissionárias) participam com 22,2% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram queda de -2,5% no 2º trimestre de 2020 devido principalmente ao resultado negativo na classe poder público (queda de -30,6%).

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve queda de -11,4% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe foi de -1,2% no residencial, -21% no comercial, -18,5% no industrial e -2,7% nas demais classes.

### Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 2º trimestre de 2020 foram de R\$ 1.337.486 apresentando redução de 13,7% (R\$ 213.045) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, principalmente pelas reduções em: (i) CDE (R\$ 87.796); (ii) ICMS, PIS e COFINS (R\$ 104.558) em função da redução da base de cálculo; (iii) Bandeiras Tarifárias (R\$ 16.684); (iv) PROINFA (R\$ 3.319) e (v) Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética (R\$ 709).

### Custo com energia elétrica

No 2º trimestre de 2020 o custo com energia elétrica foi de R\$ 1.640.300 apresentando redução de 2,2% (R\$ 36.174) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. A variação deve-se basicamente a:

**Energia comprada para revenda:** aumento de 3,2% (R\$ 44.991) em função: (i) aumento de 7,5% no preço médio (R\$ 104.713), justificado principalmente na energia de Itaipu em função do aumento do dólar no trimestre e pelo aumento na tarifa a partir de jan/20; compensado (ii) pela redução de 4% (R\$ 59.722) no volume de energia comprada.

**Encargos do uso do sistema de distribuição:** redução de 29,2% (R\$ 81.165), impactado principalmente pela redução em: (i) encargos de serviço do sistema líquido do repasse da CONER (R\$ 113.876), basicamente em função do registro no 2º trimestre de 2020 de recurso financeiro do

## Comentário do Desempenho

fundo de reserva para minimizar os impactos da pandemia do coronavírus (COVID-19) Despacho ANEEL 986/2020 R\$ 103.091 via CCEE, compensado parcialmente por (ii) encargo de energia de reserva (R\$ 13.183), (iii) encargos de rede básica (R\$ 10.652) e (iv) créditos e PIS/COFINS (R\$ 8.273).

### Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 598.953 no 2º trimestre de 2020, apresentando aumento de 5,1% (R\$ 28.893) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 383.924, apresentando aumento de 0,4% (R\$ 1.579).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

#### ➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 310.700 neste trimestre, redução de 2,1% (R\$ 6.587) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Pessoal:** redução de 9,0% (R\$ 9.787) principalmente pelas reduções: (i) desligamentos (R\$ 4.222); (ii) benefícios (R\$ 1.718); horas extras (R\$ 1.406); (iii) provisões (R\$ 1.247) e (iv) PLR (R\$ 1.077).
- ii. **Entidade de previdência privada:** aumento de 56,2% (R\$ 10.951), pelos registros dos impactos do laudo atuarial.
- iii. **Serviços de terceiros:** redução de 4,0% (R\$ 4.070), principalmente pela redução em: (i) serviços terceirizados (R\$ 5.424); (ii) poda de árvore (R\$ 3.542) em função da redução da execução de serviços em 2020 refletida pela pandemia do coronavírus (COVID-19); compensado pelo aumento: (iii) auditoria e consultoria (R\$ 4.576).
- iv. **Outros:** redução de 6,4% (R\$ 4.411), principalmente por: (i) despesas legais, judiciais e indenizações (R\$ 7.885); (ii) perda/ganho com alienação, desativação e outros de ativo não circulante (R\$ 3.898) compensado pelos aumentos em: (iii) provisão para crédito de liquidação duvidosa (R\$ 5.551) e (iv) doações, contribuições e subvenções (R\$ 1.262).

### Amortização:

Aumento de despesa de amortização de 12,6% (R\$ 8.167), em função do acréscimo de ativos na base de remuneração regulatória (BRR).

### Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou uma receita de R\$ 35.322, variação de 268,5% (R\$ 56.281) em relação a despesa apresentada no mesmo trimestre do ano anterior.

- i. **Receitas financeiras:** aumento de 22,2% (R\$ 15.862), principalmente pelos aumentos em: (i) atualizações monetárias e cambiais (R\$ 14.603) basicamente pelas variações dos valores justos; (ii) rendas de aplicações financeiras (R\$ 13.720), compensados parcialmente pelas reduções em: (iii) atualização do ativo financeiro setorial (R\$ 6.585); (iv) atualização de depósitos judiciais (R\$ 3.071); (v) atualização de créditos fiscais (R\$ 1.331) e (vi) deságio na aquisição de crédito de ICMS (R\$ 1.287).
- ii. **Despesas financeiras:** redução de 43,8% (R\$ 40.419), principalmente pelas reduções em: (i) atualização monetária e cambial da dívida, ajuste a valor justo e derivativos (R\$ 25.641); (ii) encargos de dívidas (R\$ 6.966); (iii) atualização monetária de processos contingenciados (R\$



## Comentário do Desempenho

5.447) e (iv) atualização Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Projeto de Eficiência Energética (PEE) (R\$ 979).

### Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo à contribuição social e imposto de renda apurado no 2º trimestre de 2020, foram de R\$ 86.507, apresentando redução de 17,8% (R\$ 18.740) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

### Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou no 2º trimestre de 2020, um lucro líquido de R\$ 156.934 com redução de 16,9% (R\$ 31.920), em relação ao lucro apurado no mesmo trimestre do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) no 2º trimestre de 2020, foi de R\$ 281.343, apresentando redução de 26% (R\$ 98.774) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ**  
**Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019**  
 (Em milhares de Reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.931.274	692.337
Títulos e valores mobiliários	6	600.018	300.315
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	1.670.686	2.038.951
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	43.073	1.346
Outros tributos a compensar	8	70.254	60.601
Derivativos	31	250.731	71.034
Ativo financeiro setorial	9	604.692	652.971
Estoques		13.078	11.069
Outros ativos	12	247.535	182.818
<b>Total do circulante</b>		<b>6.431.341</b>	<b>4.011.443</b>
<b>Não circulante</b>			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	50.569	43.458
Depósitos judiciais	21	407.256	396.377
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	-	64.903
Outros tributos a compensar	8	65.844	64.132
Ativo financeiro setorial	9	41.901	2.748
Derivativos	31	644.190	74.307
Créditos fiscais diferidos	10	76.453	415.565
Ativo financeiro da concessão	11	3.774.185	3.521.168
Outros ativos	12	9.535	10.025
Ativo contratual	13	444.945	433.001
Intangível	14	1.854.243	1.879.943
<b>Total do não circulante</b>		<b>7.369.121</b>	<b>6.905.628</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>13.800.462</b>	<b>10.917.071</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ**  
**Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019**  
 (Em milhares de Reais)

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	15	1.189.041	1.400.323
Empréstimos e financiamentos	16	1.108.446	1.032.936
Debêntures	17	13.365	16.081
Entidade de previdência privada	18	108.553	191.234
Taxas regulamentares	19	155.484	103.027
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	-	7.716
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	20	448.061	309.512
Dividendo e juros sobre capital próprio	23	1.067.052	620.717
Obrigações estimadas com pessoal		51.810	40.112
Derivativos	31	-	26.097
Outras contas a pagar	22	410.182	292.770
<b>Total do circulante</b>		<b>4.551.994</b>	<b>4.040.527</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	16	3.946.987	1.405.276
Debêntures	17	2.133.310	2.127.903
Entidade de previdência privada	18	1.383.514	1.542.274
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21	125.910	169.982
Outras contas a pagar	22	52.670	108.688
<b>Total do não circulante</b>		<b>7.642.390</b>	<b>5.354.123</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
	<b>23</b>		
Capital social		1.325.848	1.308.373
Reserva de capital		126.768	144.242
Reserva legal		123.315	123.315
Reserva de retenção de lucros para investimento		109.658	109.658
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		442.645	442.645
Dividendo		-	576.335
Resultado abrangente acumulado		(987.748)	(1.182.147)
Lucros acumulados		465.593	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.606.078</b>	<b>1.522.421</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>13.800.462</b>	<b>10.917.071</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ**  
**Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019**  
 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2020		2019	
		2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>25</b>	<b>2.447.372</b>	<b>5.083.610</b>	<b>2.561.594</b>	<b>5.087.160</b>
<b>Custo do serviço</b>					
Custo com energia elétrica	26	(1.640.300)	(3.345.345)	(1.676.475)	(3.378.361)
Custo com operação	27	(208.176)	(413.524)	(203.805)	(395.887)
Amortização		(61.748)	(122.923)	(57.749)	(113.798)
Outros custos com operação		(146.428)	(290.601)	(146.056)	(282.089)
Custo com serviço prestado a terceiros	27	(216.049)	(387.044)	(188.389)	(342.048)
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>382.847</b>	<b>937.697</b>	<b>492.925</b>	<b>970.864</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
<b>Despesas com vendas</b>		<b>(81.653)</b>	<b>(161.033)</b>	<b>(81.089)</b>	<b>(163.508)</b>
Amortização		(324)	(675)	(299)	(590)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(28.695)	(50.785)	(23.144)	(48.567)
Outras despesas com vendas	27	(52.634)	(109.573)	(57.646)	(114.351)
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		<b>(89.297)</b>	<b>(171.850)</b>	<b>(89.377)</b>	<b>(167.218)</b>
Amortização		(11.152)	(20.157)	(7.009)	(14.209)
Outras despesas gerais e administrativas	27	(78.145)	(151.693)	(82.368)	(153.009)
<b>Outras despesas operacionais</b>		<b>(3.780)</b>	<b>(10.089)</b>	<b>(7.399)</b>	<b>(14.367)</b>
Outras despesas operacionais	27	(3.780)	(10.089)	(7.399)	(14.367)
<b>Resultado do serviço</b>		<b>208.119</b>	<b>594.724</b>	<b>315.060</b>	<b>625.770</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>28</b>				
Receitas financeiras		87.208	255.352	71.346	140.132
Despesas financeiras		(51.886)	(128.402)	(92.305)	(179.739)
		<b>35.322</b>	<b>126.950</b>	<b>(20.959)</b>	<b>(39.608)</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>243.441</b>	<b>721.674</b>	<b>294.101</b>	<b>586.162</b>
Contribuição social	10	(22.860)	(67.719)	(28.330)	(56.525)
Imposto de renda	10	(63.647)	(188.362)	(76.917)	(153.318)
		<b>(86.507)</b>	<b>(256.081)</b>	<b>(105.247)</b>	<b>(209.843)</b>
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>156.934</b>	<b>465.593</b>	<b>188.854</b>	<b>376.319</b>
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	24	0,18	0,53	0,21	0,43

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



**Notas Explicativas**

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019**  
 (Em milhares de Reais)

	2020		2019	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>156.934</b>	<b>465.593</b>	<b>188.854</b>	<b>376.319</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>				
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>				
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-	169.041	-	-
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	(3.927)	25.357	(1.792)	(1.316)
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>153.007</b>	<b>659.991</b>	<b>187.062</b>	<b>375.003</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de junho de 2020**  
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros				Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária de retenção de lucros para investimento	Reserva de capital de giro	Dividendo			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.308.373</b>	<b>144.242</b>	<b>123.315</b>	<b>109.658</b>	<b>442.645</b>	<b>576.335</b>	<b>(1.182.147)</b>	<b>-</b>	<b>1.522.421</b>
<b>Resultado abrangente total</b>									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	465.593	465.593
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	169.041	-	169.042
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	25.357	-	25.357
<b>Transações de capital com os acionistas</b>									
Aumento de capital	17.475	(17.475)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	(576.335)	-	-	(576.335)
<b>Saldo em 30 de junho de 2020</b>	<b>1.325.848</b>	<b>126.768</b>	<b>123.315</b>	<b>109.658</b>	<b>442.645</b>	<b>-</b>	<b>(987.748)</b>	<b>465.593</b>	<b>1.606.078</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de Junho de 2019**  
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros				Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária de retenção de lucros para investimento	Reserva de capital de giro	Dividendo			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.273.423</b>	<b>179.192</b>	<b>81.435</b>	<b>109.658</b>	<b>442.645</b>	<b>397.190</b>	<b>(572.677)</b>	<b>-</b>	<b>1.910.866</b>
<b>Resultado abrangente total</b>									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	376.319	376.319
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	(1.316)	-	(1.316)
<b>Transações de capital com os acionistas</b>									
Aumento de capital	34.950	(34.950)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	(397.190)	-	-	(397.190)
<b>Saldo em 30 de Junho de 2019</b>	<b>1.308.373</b>	<b>144.242</b>	<b>81.435</b>	<b>109.658</b>	<b>442.645</b>	<b>-</b>	<b>(573.993)</b>	<b>376.319</b>	<b>1.888.680</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

**Notas Explicativas**

<b>COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ</b>		
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019</b>		
(Em milhares de Reais)		
	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>721.674</b>	<b>586.162</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		
Amortização	143.755	128.597
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21.753	28.866
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	50.785	48.567
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	(50.109)	53.185
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	61.683	38.989
Perda (ganho) na baixa de não circulante	8.389	13.091
	<u>957.930</u>	<u>897.457</u>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	310.497	(73.417)
Tributos a compensar	53.745	510
Depósitos judiciais	(5.143)	(20.116)
Ativo financeiro setorial	18.100	83.088
Contas a receber - CDE	4.917	16.132
Outros ativos operacionais	(132.150)	(80.508)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	(211.283)	131.368
Outros tributos e contribuições sociais	138.549	14.162
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(66.271)	(41.249)
Taxas regulamentares	52.457	149
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(68.975)	(26.238)
Contas a pagar - CDE	32.273	11.266
Outros passivos operacionais	106.204	90.611
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações</b>	<b>1.190.850</b>	<b>1.003.215</b>
Encargos de dívida e debêntures pagos	(93.146)	(141.192)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(47.494)	(188.475)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>1.050.210</b>	<b>673.548</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(599.998)	-
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	302.674	623
Adições de ativo contratual	(356.941)	(312.283)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento</b>	<b>(654.265)</b>	<b>(311.660)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos e debêntures	2.220.856	1.827.367
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(341.208)	(1.718.883)
Liquidação de operações com derivativos	93.344	52.008
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(130.000)	(68.000)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento</b>	<b>1.842.992</b>	<b>92.492</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.238.937</b>	<b>454.380</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>692.337</b>	<b>197.579</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.931.274</b>	<b>651.959</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



**Notas Explicativas****COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ****Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de junho de 2020 e de 2019**

(Em milhares de Reais)

	<b>1º Semestre 2020</b>	<b>1º Semestre 2019</b>
<b>1 - Receita</b>	<b>7.810.000</b>	<b>8.045.952</b>
1.1 Receita de venda de energia e serviços	7.475.454	7.753.601
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	385.332	340.917
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(50.785)	(48.567)
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(4.419.158)</b>	<b>(4.381.773)</b>
2.1 Custo com energia elétrica	(3.722.651)	(3.714.366)
2.2 Material	(264.815)	(240.035)
2.3 Serviços de terceiros	(311.356)	(299.740)
2.4 Outros	(120.335)	(127.632)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>3.390.842</b>	<b>3.664.179</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(144.521)</b>	<b>(128.987)</b>
4.1 Amortização	(144.521)	(128.987)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>3.246.321</b>	<b>3.535.192</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>263.111</b>	<b>147.885</b>
6.1 Receitas financeiras	263.111	147.885
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>3.509.432</b>	<b>3.683.077</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	<b>256.174</b>	<b>242.359</b>
8.1.1 Remuneração direta	113.843	115.115
8.1.2 Benefícios	133.111	117.604
8.1.3 F.G.T.S	9.220	9.640
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>2.653.905</b>	<b>2.879.691</b>
8.2.1 Federais	1.397.189	1.576.205
8.2.2 Estaduais	1.252.488	1.299.680
8.2.3 Municipais	4.227	3.806
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>133.760</b>	<b>184.708</b>
8.3.1 Juros	132.740	183.346
8.3.2 Aluguéis	1.020	1.361
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	<b>465.593</b>	<b>376.319</b>
8.4.1 Lucros retidos	465.593	376.319
	<b>3.509.432</b>	<b>3.683.077</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

### COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### ( 1 ) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 4,6 milhões de consumidores.

#### 1.1 Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis intermediárias, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constantes estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de *home office*, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;
- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. A expectativa inicial da Administração é que tais renegociações sejam direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas;



## Notas Explicativas

- Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia;
- Monitoramento de sobrecontratação em função da redução da carga e consequentes sobras de energia superiores aos 5% previstos nos requisitos regulatórios;
- Monitoramento da inadimplência, especialmente sob a luz da suspensão inicial por 90 dias, contados a partir de 25 de março de 2020, e da sua prorrogação até 31 de julho de 2020, dos cortes por inadimplência para determinados consumidores (residenciais e serviços considerados essenciais, conforme regra específica estabelecida pela ANEEL). A expectativa da Administração é que a maior parte deste impacto seja temporal, até que a política de cortes seja reestabelecida e/ou novas eventuais ações de subsídios governamentais sejam implementadas.

Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL adotaram algumas medidas durante o período:

- Isenção aos consumidores de baixa renda com consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) do pagamento da conta de energia elétrica, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020.
- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de Covid 19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da Conta COVID por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

A Conta COVID destina-se a receber recursos para cobrir déficits ou antecipar receitas, total ou parcialmente, às concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, referentes: i) aos efeitos da sobrecontratação de abril a dezembro de 2020; ii) à constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA entre a data de homologação do último processo tarifário e dezembro de 2020; iii) à neutralidade dos encargos setoriais de abril a dezembro de 2020; iv) à postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data, enquanto perdurarem os efeitos da postergação; v) saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e vi) antecipação do ativo regulatório relativo à “Parcela B”.

A disponibilidade de tais recursos (exceto para o item “iv” apresentado acima) é limitada aos efeitos da pandemia estimados pela ANEEL para cada distribuidora, sendo: i) redução de faturamento e de arrecadação, até dezembro de 2020, decorrentes dos efeitos do estado de calamidade pública; e ii) valores estimados de diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A.

A CCEE contratará operação de crédito para aportar recursos à Conta COVID e posteriormente repassar às distribuidoras até janeiro de 2021, conforme a necessidade declarada por elas individualmente, limitada aos valores a serem homologados pela ANEEL. O pagamento dos recursos provenientes da operação de crédito se dará por meio de encargo, denominado CDE COVID, a ser homologado pela ANEEL e cobrado dos consumidores a partir dos processos tarifários de 2021 durante o tempo necessário para quitação da referida operação.

Em julho de 2020 a Companhia declarou sua necessidade por meio de protocolo digital juntamente com o Termo de Aceitação constante do Anexo I da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, considerando os itens “i” a “iii” citados acima em valor máximo equivalente à soma das reduções de faturamento e de arrecadação decorrente dos efeitos da calamidade pública, até dezembro de 2020, estimados pela ANEEL e constantes do Anexo II da mesma Resolução. Tais valores foram homologados pela ANEEL, conforme nota 33 - Fatos Relevantes e Eventos Subsequentes e serão repassados à Companhia pela CCEE após a contratação da operação junto às instituições financeiras, no prazo máximo até janeiro de 2021.

## Notas Explicativas

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seu negócio, assim como as atualizações regulatórias efetuadas no período, para o semestre findo em 30 de junho de 2020, a Companhia concluiu que os principais efeitos nas suas informações contábeis intermediárias estão na Parcela A, na Parcela B e PDD.

O efeito financeiro e econômico para Companhia ao longo do exercício de 2020 dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

### Reequilíbrio Econômico Financeiro

Em decorrência dos efeitos das medidas restritivas adotadas pelo governo para conter o avanço da pandemia causada pelo surto do Coronavírus (COVID 19), a Companhia, assim como outras concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, sofreu impactos extraordinários e imediatos, tais como, queda da receita em função da retração do mercado consumidor e redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência.

Considerando os efeitos da pandemia e, tendo como base o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio da ANEEL, assim como os artigos 9º e 10º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dentre outras previsões legais aplicáveis, a Companhia possui o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, de forma que, em uma situação onde eventuais ônus gerados por eventos alheios à gestão dos riscos inerentes à operação, tais como, mas sem se limitar, a eventos categorizados como caso fortuito ou força maior, ou mesmo determinações do Poder Concedente que impactem a Companhia, devem ser ressarcidos à Companhia para reequilibrar a saúde econômico-financeira do contrato de concessão.

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, prevê a análise pela ANEEL, em processo administrativo específico, da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de distribuição de energia elétrica, mediante solicitação das interessadas, destacando ainda que nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, a Agência, após Consulta Pública a ser instaurada em até sessenta dias da data de publicação da referida norma, regulará referida recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e permissão do serviço público de distribuição energia elétrica.

Considerando os impactos relacionados à queda da receita em função da retração do mercado consumidor e à redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência, a serem percebidos ao menos entre abril e dezembro de 2020, a Companhia permanece avaliando a necessidade de eventual pleito de recomposição para tais impactos, bem como acompanha, em paralelo, as discussões sobre a definição dessa regulação específica a ser estabelecida pela ANEEL após a citada Consulta Pública. Os eventuais impactos serão mensurados conforme o andamento da consulta pública e concluídos após a definição da metodologia pela ANEEL.

## **( 2 ) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

### **2.1 Base de preparação**

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, e devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 10 de agosto de 2020.

## Notas Explicativas

### 2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de Instrumentos Financeiros.

### 2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 - Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição ("TUSD") não faturados);
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 10 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos em função de: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado possam ser utilizados);
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos) (nota 31);
- Nota 12 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 13 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 17 – Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 18 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 21 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e;
- Nota 31 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

### 2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos

## Notas Explicativas

valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

### 2.5 Demonstração do valor adicionado:

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### ( 3 ) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Exceto para as alterações divulgadas abaixo, as informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.14, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O reflexo das mudanças nas políticas contábeis também são esperadas nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

#### Natureza e efeito das mudanças: instrumentos financeiros – passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se tornam parte das disposições contratuais do instrumento e podem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado ou pelo custo amortizado. Para as dívidas contratadas a partir do primeiro trimestre de 2020, devido à características na época das contratações, a Companhia reconheceu os ganhos ou as perdas decorrentes dos empréstimos em moeda estrangeira mensurados a valor justo (incluindo os efeitos das alterações no risco de crédito) no resultado. Vide nota explicativa 16.

### ( 4 ) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

#### - Intangível e ativo contratual

O valor justo dos itens do ativo intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

#### - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador (“ANEEL”). Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa da

## Notas Explicativas

Companhia que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

### ( 5 ) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2020	31/12/2019
Saldos bancários	47.277	139.218
Aplicações financeiras	2.883.997	553.119
Títulos de crédito privado (a)	2.883.997	553.119
<b>Total</b>	<b>2.931.274</b>	<b>692.337</b>

(a) Corresponde a operações de curto prazo em CDB's no montante de R\$ 2.883.997 (R\$ 553.119 em 31 de dezembro de 2019), realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100,7% do CDI (100,2% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

### ( 6 ) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Títulos e valores mobiliários	30/06/2020	31/12/2019
Aplicação direta	600.018	300.315
<b>Total</b>	<b>600.018</b>	<b>300.315</b>

Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimentos, cuja remuneração é equivalente, à média de 100% do CDI.

### ( 7 ) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	30/06/2020	31/12/2019
<b>Circulante</b>					
<b>Classes de consumidores</b>					
Residencial	281.248	264.033	63.151	608.431	746.752
Industrial	51.465	29.231	43.717	124.413	163.247
Comercial	78.013	35.112	14.243	127.367	203.447
Rural	28.650	8.906	2.899	40.455	45.376
Poder público	24.418	8.487	2.810	35.715	53.963
Iluminação pública	32.732	4.523	1.514	38.770	40.970
Serviço público	50.973	11.744	5.975	68.691	73.287
<b>Faturado</b>	<b>547.499</b>	<b>362.036</b>	<b>134.309</b>	<b>1.043.842</b>	<b>1.327.042</b>
Não faturado	556.292	-	-	556.292	586.273
Parcelamento de débito de consumidores	92.558	20.106	19.017	131.681	125.792
Operações realizadas na CCEE	79.052	-	-	79.052	139.036
Concessionárias e permissionárias	9.515	-	-	9.515	6.787
Outros	207	-	-	207	35
	<b>1.285.123</b>	<b>382.142</b>	<b>153.326</b>	<b>1.820.589</b>	<b>2.184.965</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(149.904)	(146.012)
<b>Total</b>				<b>1.670.686</b>	<b>2.038.951</b>
<b>Não circulante</b>					
Parcelamento de débito de consumidores	45.566	-	-	45.566	38.454
Operações realizadas na CCEE	5.003	-	-	5.003	5.003
<b>Total</b>	<b>50.569</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>50.569</b>	<b>43.458</b>

**Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD")**

## Notas Explicativas

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

O detalhamento da metodologia de provisão está descrita na nota 31.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>(146.012)</b>	<b>(8.156)</b>	<b>(154.168)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(96.857)	(129)	(96.986)
Recuperação de receita	46.201	-	46.201
Baixa de contas a receber provisionadas	46.765	-	46.765
<b>Saldo em 30/06/2020</b>	<b>(149.904)</b>	<b>(8.285)</b>	<b>(158.189)</b>

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

### ( 8 ) TRIBUTOS A COMPENSAR

	30/06/2020	31/12/2019
<b><u>Circulante</u></b>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	11.162	-
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	30.771	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.139	1.346
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>43.073</b>	<b>1.346</b>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	15.849	6.399
ICMS a compensar	50.124	49.132
Programa de integração social - PIS	740	875
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.416	4.037
Outros	125	158
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>70.254</b>	<b>60.601</b>
<b>Total circulante</b>	<b>113.327</b>	<b>61.947</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
Contribuição social a compensar - CSLL	-	64.903
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>-</b>	<b>64.903</b>
ICMS a compensar	65.844	64.132
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>65.844</b>	<b>64.132</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>65.844</b>	<b>129.035</b>

**Contribuição social a compensar - CSLL** - No não circulante em 2019, refere-se basicamente à decisão favorável em ação judicial movida pela Companhia, transitada em julgado. No primeiro trimestre de 2020, a Companhia obteve a autorização junto à Receita Federal para compensação do crédito para pagamento de outros tributos.



## Notas Explicativas

### ( 9 ) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2019			Receita operacional (nota 25)		Resultado financeiro (nota 28)	Saldo em 30/06/2020		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	623.225	185.489	808.716	142.494	(256.006)	11.582	307.723	399.063	706.784
CVA (*)									
CDE (**)	50.813	30.932	81.745	52.948	(52.921)	2.645	(15.531)	99.950	84.418
Custos energia elétrica	317.549	60.074	377.624	(346.278)	(77.665)	5.498	(166.672)	125.850	(40.822)
ESS e EER (***)	(211.236)	(101.417)	(312.653)	(166.107)	136.725	(5.412)	(166.580)	(180.867)	(347.447)
Proinfa	881	3.351	4.232	(13.958)	(670)	(165)	(1.007)	(9.553)	(10.561)
Rede básica	93.365	9.215	102.580	29.664	(31.944)	1.911	17.966	84.245	102.211
Repasse de Itaipu	433.484	172.449	605.934	357.984	(244.449)	9.885	364.321	365.033	729.354
Transporte de Itaipu	15.640	5.344	20.983	7.586	(8.397)	331	6.141	14.362	20.503
Neutralidade dos encargos setoriais	(3.370)	(19.708)	(23.078)	75.460	19.347	(585)	69.896	1.248	71.144
Sobrecontratação	(73.901)	25.249	(48.651)	145.196	3.966	(2.526)	199.189	(101.205)	97.984
Outros componentes financeiros	(160.992)	7.995	(152.996)	103.261	(7.849)	(2.608)	(59.686)	(507)	(60.192)
<b>Total</b>	<b>462.233</b>	<b>193.484</b>	<b>655.719</b>	<b>245.755</b>	<b>(263.855)</b>	<b>8.974</b>	<b>248.037</b>	<b>398.556</b>	<b>646.593</b>
Ativo circulante			652.971						604.692
Ativo não circulante			2.748						41.901

(\*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(\*\*) Conta de desenvolvimento energético

(\*\*\*) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 9 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

### ( 10 ) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

#### 10.1 - Composição dos créditos fiscais:

	30/06/2020	31/12/2019
<b><u>Crédito de contribuição social</u></b>		
Bases negativas	16.369	-
Benefício fiscal do intangível incorporado	34.307	36.620
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(30.382)	73.381
<b>Subtotal</b>	<b>20.294</b>	<b>110.002</b>
<b><u>Crédito de imposto de renda</u></b>		
Prejuízos fiscais	45.255	-
Benefício fiscal do intangível incorporado	95.298	101.723
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(84.394)	203.840
<b>Subtotal</b>	<b>56.159</b>	<b>305.563</b>
<b>Total</b>	<b>76.453</b>	<b>415.565</b>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da CPFL Energia.

#### 10.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) –

## Notas Explicativas

Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No primeiro semestre de 2020 e 2019, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3%.

### 10.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	30/06/2020		31/12/2019	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	12.100	33.611	16.198	44.995
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.221	39.502	13.875	38.542
Provisão energia livre	7.315	20.318	7.206	20.017
Programas de P&D e eficiência energética	15.576	43.267	17.564	48.788
Provisão relacionada a pessoal	1.511	4.196	2.139	5.941
Derivativos	(76.066)	(211.293)	(9.608)	(26.689)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(1.894)	(5.260)	(2.021)	(5.615)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(79.737)	(221.491)	(76.992)	(213.865)
Perdas atuariais	21.612	60.035	21.612	60.035
Marcação a Mercado - Derivativos	(4.477)	(12.437)	(1.114)	(3.095)
Marcação a Mercado - Dívidas	(4.914)	(13.649)	1.545	4.291
Outros	156	433	(2.644)	(7.346)
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado</b>				
Perdas atuariais	69.659	193.496	87.609	243.358
Marcação a Mercado - Derivativos	-	-	(10)	(27)
Marcação a Mercado - Dívidas	(5.444)	(15.122)	(1.976)	(5.490)
<b>Total</b>	<b>(30.382)</b>	<b>(84.394)</b>	<b>73.381</b>	<b>203.840</b>

### 10.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019:

	CSLL			
	2020		2019	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>243.441</b>	<b>721.674</b>	<b>294.101</b>	<b>586.162</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Realização correção monetária complementar	279	573	370	742
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(1.818)	(1.818)	(757)	(757)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	11.051	29.590	18.901	38.557
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	1.049	2.418	2.167	3.356
<b>Base de cálculo</b>	<b>254.002</b>	<b>752.437</b>	<b>314.782</b>	<b>628.060</b>
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
<b>Total</b>	<b>(22.860)</b>	<b>(67.719)</b>	<b>(28.330)</b>	<b>(56.525)</b>
Corrente	-	581	(28.038)	(56.834)
Diferido	(22.860)	(68.300)	(292)	309

(\*) Programa de incentivo de inovação tecnológica



**Notas Explicativas**

	IRPJ			
	2020		2019	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>243.441</b>	<b>721.674</b>	<b>294.101</b>	<b>586.162</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(1.818)	(1.818)	(757)	(757)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	11.051	29.590	18.901	38.557
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	1.914	4.003	(4.578)	(10.692)
<b>Base de cálculo</b>	<b>254.588</b>	<b>753.449</b>	<b>307.667</b>	<b>613.270</b>
Alíquota aplicável	25%	25%	25%	25%
<b>Total</b>	<b>(63.647)</b>	<b>(188.362)</b>	<b>(76.917)</b>	<b>(153.318)</b>
Corrente	-	1.575	(76.104)	(154.173)
Diferido	(63.647)	(189.937)	(813)	855

(\*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

**( 11 ) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO**

<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>3.521.168</b>
Transferência - ativo contratual	226.998
Transferência - Intangível em serviço	(34)
Ajuste ao valor justo	33.936
Baixas	(7.883)
<b>Saldo em 30/06/2020</b>	<b>3.774.185</b>

O saldo refere-se ao ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR"), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 25) no resultado do período.

No primeiro semestre de 2020, o valor das baixas de R\$ 7.883 (R\$ 7.647) no primeiro semestre de 2019) refere-se à baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 3.433 (R\$ 3.062) no primeiro semestre de 2019) e à baixa do ativo de R\$ 4.450 (R\$ 4.585 no primeiro semestre de 2019).

**( 12 ) OUTROS ATIVOS**

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Adiantamentos - Fundação CESP	3.120	7.110	5.751	5.751
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	787	775
Ordens em curso	97.680	44.884	-	-
Serviços prestados a terceiros	9.446	11.602	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	573	573
Despesas antecipadas	28.933	24.846	1.021	1.565
Contas a receber - CDE (*)	54.246	59.163	-	-
Adiantamentos a funcionários	13.349	5.605	-	-
Outros	49.046	37.764	1.403	1.361
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(8.285)	(8.156)	-	-
<b>Total</b>	<b>247.535</b>	<b>182.818</b>	<b>9.535</b>	<b>10.025</b>

## Notas Explicativas

(\*) **Contas a receber – CDE** – Refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 14.686 (R\$ 7.395 em 31 de dezembro de 2019), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 39.554 (R\$ 51.760 em 31 de dezembro de 2019) e (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 6 (R\$ 8 em 31 de dezembro de 2019).

### ( 13 ) ATIVO CONTRATUAL

A movimentação abaixo referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>433.001</b>
Adições	362.738
Transferência - intangíveis em serviço	(123.796)
Transferência - ativo financeiro	(226.998)
<b>Saldo em 30/06/2020</b>	<b>444.945</b>

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

### ( 14 ) INTANGÍVEL

A movimentação abaixo refere-se ao Intangível de Direito de concessão, infraestrutura de distribuição em serviço:

	Direito de concessão		Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>1.878.525</b>	<b>1.419</b>	<b>1.879.943</b>
Custo histórico	5.810.955	8.061	5.819.016
Amortização acumulada	(3.932.430)	(6.642)	(3.939.072)
Amortização	(144.349)	(172)	(144.521)
Transferência - ativo contratual	123.796	-	123.796
Transferência - ativo financeiro	34	-	34
Baixa e transferência - outros ativos	(5.010)	-	(5.010)
<b>Saldo em 30/06/2020</b>	<b>1.852.996</b>	<b>1.247</b>	<b>1.854.243</b>
Custo histórico	5.867.354	8.061	5.875.415
Amortização acumulada	(4.014.358)	(6.814)	(4.021.172)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

**Notas Explicativas****( 15 ) FORNECEDORES**

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Encargos de serviço do sistema	1.684	954
Suprimento de energia elétrica	803.063	927.087
Encargos de uso da rede elétrica	124.573	107.958
Materiais e serviços	139.679	246.351
Energia livre	120.042	117.973
<b>Total</b>	<b><u>1.189.041</u></b>	<b><u>1.400.323</u></b>

**( 16 ) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2019	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 30/06/2020
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Moeda nacional</b>							
Pré Fixado	113.249	-	(20.675)	1.690	-	(1.719)	92.545
<b>Pós Fixado</b>							
TJLP	29.002	-	(6.424)	934	-	(956)	22.556
IPCA	518.705	481.000	(17.971)	19.357	-	(11.788)	989.303
Selic	19.521	-	(4.375)	532	-	(224)	15.454
Outros	1.385	-	(1.385)	39	-	(39)	-
<b>Total ao custo</b>	<b><u>681.862</u></b>	<b><u>481.000</u></b>	<b><u>(50.830)</u></b>	<b><u>22.552</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(14.726)</u></b>	<b><u>1.119.858</u></b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b><u>(12.279)</u></b>	<b><u>(6.596)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>996</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(17.879)</u></b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
<b>Moeda estrangeira</b>							
Dólar	1.583.826	645.572	(290.378)	33.298	645.441	(30.399)	2.587.361
Euro	189.598	1.100.880	-	2.410	190.154	(1.869)	1.481.173
Marcação a mercado	(4.795)	-	-	(110.286)	-	-	(115.081)
<b>Total ao valor justo</b>	<b><u>1.768.629</u></b>	<b><u>1.746.452</u></b>	<b><u>(290.378)</u></b>	<b><u>(74.578)</u></b>	<b><u>835.595</u></b>	<b><u>(32.268)</u></b>	<b><u>3.953.453</u></b>
<b>Total</b>	<b><u>2.438.212</u></b>	<b><u>2.220.856</u></b>	<b><u>(341.208)</u></b>	<b><u>(51.030)</u></b>	<b><u>835.595</u></b>	<b><u>(46.994)</u></b>	<b><u>5.055.432</u></b>
Circulante	1.032.936						1.108.446
Não circulante	1.405.276						3.946.987

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

## Notas Explicativas

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		30/06/2020	31/12/2019	Faixa de vencimento	Garantia
<b>Mensuradas ao custo - Moeda Nacional</b>						
<b>Pré fixado</b>						
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 6%	(a)	92.545	113.249	2013 a 2024	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
			<u>92.545</u>	<u>113.249</u>		
<b>Pós fixado</b>						
<b>TJLP</b>						
FINEM	TJLP + de 2,12% a 3,08%	(b)	22.556	29.002	2014 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
			<u>22.556</u>	<u>29.002</u>		
<b>IPCA</b>						
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,74%	(b)	989.303	518.705	2020 a 2027	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
			<u>989.303</u>	<u>518.705</u>		
<b>SELIC</b>						
FINEM	SELIC + 2,62%	(c)	15.454	19.521	2016 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
			<u>15.454</u>	<u>19.521</u>		
<b>Outros</b>						
Outros	RGR 6%		-	1.385	2013 a 2022	Recebíveis e notas promissórias
<b>Total moeda nacional</b>			<u><b>1.119.858</b></u>	<u><b>681.862</b></u>		
<b>Gastos com captação (*)</b>			<b>(17.879)</b>	<b>(12.279)</b>		
<b>Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira</b>						
<b>Dólar</b>						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + de 0,88% e 0,99%		466.416	363.879	2019 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 1,96% a 3,66%		2.120.945	1.219.947	2020 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
			<u>2.587.361</u>	<u>1.583.826</u>		
<b>Euro</b>						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + 0,43% a 0,79%		1.481.173	189.598	2022 a 2023	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
<b>Marcação a mercado</b>			<b>(115.081)</b>	<b>(4.795)</b>		
<b>Total moeda estrangeira</b>			<u><b>3.953.453</b></u>	<u><b>1.768.629</b></u>		
<b>Total</b>			<u><b>5.055.432</b></u>	<u><b>2.438.212</b></u>		

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

Taxa efetiva:

(a) De 30% a 70% do CDI (b) De 60% a 110% do CDI (c) De 100% a 130% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia em consonância com o CPC 48 classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período.

Em 30 de junho de 2020 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 115.081 (ganhos de R\$ 4.795 em 31 de dezembro de 2019), acrescidos dos ganhos não realizados obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 49.748 (ganhos de R\$ 12.487 em 31 de dezembro de 2019), contratados para proteção da variação cambial (nota 31), geraram um ganho total não realizado de R\$ 164.829 (ganhos R\$ 17.282 em 31 de dezembro de 2019).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:



## Notas Explicativas

### Ano de vencimento

A partir de 01/07/2021	59.558
2022	770.525
2023	1.900.550
2024	279.261
2025	530.026
2026 a 2027	519.544
<b>Subtotal</b>	<b>4.059.464</b>
Marcação a mercado	(112.476)
<b>Total</b>	<b>3.946.987</b>

### Adições no período:

Modalidade	Total aprovado	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
		em 2020	Líquido dos gastos de captação						
<b>Moeda nacional</b>									
<b>IPCA - BNDES</b>									
BNDES Direto	312.596	114.297	112.724	Trimestral até 07/2023	Mensal após 07/2023	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%	
BNDES Direto	1.002.912	366.703	361.679	Trimestral	Final	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%	
<b>Moeda Estrangeira</b>									
<b>Dólar</b>									
Lei 4.131	566.000	566.000	566.000	Trimestral	Parcela única em março de 2023	Capital de Giro	EUR + 0,57%	EUR + 0,57%	CDI + 1,10%
Lei 4.131	196.567	196.567	196.567	Trimestral	Parcela única em fevereiro de 2025	Capital de Giro	USD + 2,40%	USD + 2,40%	CDI + 0,89%
Lei 4.131	174.960	174.960	174.960	Trimestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 2,39%	USD + 2,39%	CDI + 0,85%
Lei 4.131	274.046	274.046	274.046	Trimestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + Libor 3M + 0,99%	USD + Libor 3M + 0,99%	CDI + 0,80%
Lei 4.131	534.880	534.880	534.880	Trimestral	Parcela única em fevereiro de 2023	Capital de Giro	EUR + 0,43%	EUR + 0,43%	CDI + 0,58%
	<u>3.061.959</u>	<u>2.227.452</u>	<u>2.220.856</u>						

### Pré-pagamento:

No 1º semestre de 2020, foram liquidados antecipadamente R\$ 1.244 de empréstimos cujos vencimentos originais eram até dezembro de 2024.

### Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

Para os empréstimos e financiamentos contratados ou com liberações de recursos ocorridas em 2020, alguns têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

#### Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75;
- EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25.
- Dívida Líquida dividida pelo LAJIDA  $\leq$  3,75 vezes.

#### Índices exigidos na demonstração financeira da Companhia

- Dívida Líquida dividida pelo LAJIDA Ajustado  $\leq$  3,75 vezes; e,
- Dívida Líquida dividida pela (Dívida Líquida + PL)  $\leq$  0,9 vezes.

## Notas Explicativas

Para os demais empréstimos e financiamentos, os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 30 de junho de 2020, no entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

### ( 17 ) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2019	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 30/06/2020
<b>Mensurados ao custo - Pós fixado</b>				
CDI	1.385.843	26.092	(28.589)	1.383.346
IPCA	770.706	21.877	(17.563)	775.020
<b>Total ao custo</b>	<b>2.156.549</b>	<b>47.969</b>	<b>(46.152)</b>	<b>2.158.366</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	(12.566)	875	-	(11.691)
<b>Total</b>	<b>2.143.984</b>	<b>48.844</b>	<b>(46.152)</b>	<b>2.146.675</b>
<b>Circulante</b>	<b>16.081</b>			<b>13.365</b>
<b>Não circulante</b>	<b>2.127.903</b>			<b>2.133.310</b>

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de emissão diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		30/06/2020	31/12/2019	Faixa de vencimento	Garantia
<b>Mensurados ao custo - Pós fixado</b>						
CDI	107% do CDI	(a)	1.383.346	1.385.843	2023 a 2024	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + de 4,42% a 5,05%	(b)	775.020	770.706	2022 a 2027	Fiança da CPFL Energia
<b>Total</b>			<b>2.158.366</b>	<b>2.156.549</b>		
<b>Gastos com captação (*)</b>			(11.691)	(12.566)		
<b>Total</b>			<b>2.146.675</b>	<b>2.143.984</b>		

#### Taxa efetiva a.a.:

(a) 107,84% do CDI

(b) IPCA + 4,84% a 5,30%

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de emissão diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

## Notas Explicativas

<u>Ano de vencimento</u>	
2022	229.282
2023	882.625
2024	882.788
2025	46.062
2026 a 2027	92.553
<b>Total</b>	<b><u>2.133.310</u></b>

### Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam cláusulas que requerem da garantidora (controladora CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos.

Os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 17 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 30 de junho de 2020, no entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

### **( 18 ) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 18 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

#### **18.1 – Movimentações do plano de benefício definido**

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2019</b>	<b>1.721.619</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	61.683
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(62.225)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	216.341
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(469.316)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	16.123
<b>Passivo atuarial líquido em 30/06/2020</b>	<b>1.484.225</b>
Outras contribuições	7.842
<b>Total passivo</b>	<b><u>1.492.067</u></b>
Circulante	108.553
Não circulante	1.383.514

No primeiro trimestre de 2020, em função de mudança de cenário macroeconômico no Brasil quando comparado com 31 de dezembro de 2019, especialmente relacionada aos impactos do isolamento social devido ao novo coronavírus (vide nota 1.1), o laudo atuarial foi atualizado para a data-base de 31 de março de 2020 e os respectivos saldos de passivo e outros resultados abrangentes foram ajustados refletindo em uma redução no montante de R\$ 236.853.

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

**Notas Explicativas**

	<u>1° Semestre 2020</u>	<u>1° Semestre 2019</u>
Custo do serviço	704	463
Juros sobre obrigações atuariais	226.244	224.586
Rendimento esperado dos ativos do plano	(168.611)	(186.060)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	3.346	-
<b>Total da despesa</b>	<b><u>61.683</u></b>	<b><u>38.989</u></b>

Como decorrência da mudança do cenário macroeconômico, a estimativa de efeito para o resultado de 2020 também foi alterado (vide nota 1.1). A nova estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no restante do exercício de 2020 está apresentada a seguir:

	<u>Estimadas 2° semestre 2020</u>
Custo do serviço	641
Juros sobre obrigações atuariais	231.597
Rendimento esperado dos ativos do plano	(175.258)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	3.911
<b>Total da despesa</b>	<b><u>60.891</u></b>

**Premissas atuariais**

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, nas datas do balanço foram:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	8,47% a.a.	7,43% a.a.	9,10% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	8,47% a.a.	7,43% a.a.	9,10% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,56% a.a.	5,56% a.a.	5,56% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT2000(-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-30)	Light fraca (-30)	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

**( 19 ) TAXAS REGULAMENTARES**

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	1.027	1.027
Conta de desenvolvimento energético - CDE	154.400	-
Bandeiras tarifárias e outros	58	102.000
<b>Total</b>	<b><u>155.484</u></b>	<b><u>103.027</u></b>

**Bandeiras tarifárias e outros:** o saldo de 31/12/2019 refere-se basicamente a bandeira tarifária faturada em novembro e dezembro de 2019 que foram homologadas pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT") no primeiro trimestre de 2020.



**Notas Explicativas****( 20 ) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	2.503
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	5.213
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b>-</b>	<b>7.716</b>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	199.603	207.390
Programa de integração social - PIS	41.016	11.856
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	190.039	54.902
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	20.458
Outros	17.403	14.906
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b>448.061</b>	<b>309.512</b>
<b>Total</b>	<b>448.061</b>	<b>317.228</b>

**PIS e COFINS:** A Companhia aderiu à prorrogação de vencimento do PIS e da COFINS, para as competências março, abril e maio de 2020, conforme Portarias do Governo Federal nº 139 e 254 de 2020, que deverão ser recolhidos no 2º semestre de 2020.

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 21.

**( 21 ) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	<u>30/06/2020</u>		<u>31/12/2019</u>	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
<b>Trabalhistas</b>	55.499	29.274	104.026	25.581
<b>Cíveis</b>	63.810	22.342	58.484	20.767
<b>Fiscais</b>				
Imposto de renda e contribuição social	-	253.090	-	271.570
Outras	4.129	102.549	4.591	78.459
	4.129	355.640	4.591	350.029
<b>Outros</b>	2.471	-	2.881	-
<b>Total</b>	<b>125.910</b>	<b>407.256</b>	<b>169.982</b>	<b>396.377</b>

## Notas Explicativas

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2020
Trabalhistas	104.026	10.828	(12.656)	(51.178)	4.480	55.499
Cíveis	58.484	20.795	(2.401)	(16.973)	3.905	63.810
Fiscais	4.591	83	(340)	(372)	167	4.129
Outros	2.881	-	-	(452)	43	2.471
<b>Total</b>	<b>169.982</b>	<b>31.706</b>	<b>(15.398)</b>	<b>(68.975)</b>	<b>8.595</b>	<b>125.910</b>

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 21 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

**Perdas possíveis:** A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estavam assim representadas:

	30/06/2020	31/12/2019	Principais causas
Trabalhistas	130.951	145.798	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	632.281	535.131	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	1.636.692	1.624.938	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - outros	472.669	448.673	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	18.254	17.215	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
<b>Total</b>	<b>2.890.847</b>	<b>2.771.754</b>	

Fiscais – Um dos principais temas se refere a discussões sobre a dedutibilidade para imposto de renda das despesas reconhecidas em 1997 referente à novação de dívida relativa ao plano de pensão dos funcionários da Companhia perante a Fundação CESP (“Vivest”) no montante estimado de R\$ 1.489.422, havendo depósitos judiciais no valor de R\$ 22.673 e garantias financeiras (seguros e fianças bancárias) no valor total de R\$ 1.870.532, nos termos exigidos pela legislação processual. Adicionalmente, discute-se juros que incidiram sobre depósito judicial levantado pela Companhia no montante de R\$ 252.655 e que se encontram depositados em juízo. Em 23 de maio, 06 de junho e 17 de setembro de 2019, o recurso especial do principal processo foi julgado perante a Segunda Turma de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de maneira desfavorável para a Companhia, cuja decisão foi publicada em seu integral teor em 26 de junho de 2020, sobre o qual serão apresentados os recursos pertinentes. Adicionalmente, a Companhia possui um recurso extraordinário em fase inicial de tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF). Consequentemente, com base no atual estágio de tramitação do processo, tanto no STJ quanto no STF e com base na opinião de seus assessores legais, a Companhia permanece confiante nos fundamentos jurídicos apresentados e continuará os defendendo perante o Poder Judiciário, mantendo o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável, tendo no STF uma nova oportunidade de análise para o caso, focadamente constitucional, com robustos fundamentos, a indicar significativa viabilidade de êxito dos recursos extraordinários, bem como continuará tentando evitar possíveis saídas de caixa caso venha a ser requerida a substituir as garantias financeiras existentes por depósito em dinheiro.

No tocante às contingências trabalhistas, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho (“TR”) pelo IPCA-E. Considerando a possibilidade de decisões conflitantes, e que é competência da Suprema Corte a decisão sobre matéria constitucional, o STF deferiu a suspensão dos processos que versem

## Notas Explicativas

sobre a divergência no âmbito da Justiça do Trabalho. Diante de tal decisão, e até que haja decisão definitiva publicada pelo STF, a Administração da Companhia considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos. Adicionalmente, de acordo com a Lei n.º 13.467, de 11 de novembro de 2017, a TR é o índice de correção da justiça do Trabalho a partir da vigência da norma.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

### ( 22 ) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Consumidores e concessionárias	56.534	43.998	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	127.195	96.089	31.871	46.839
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	76.055	26.380	15.644	55.439
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	27.109	21.803	-	-
Adiantamentos	6.411	6.181	530	455
Descontos tarifários - CDE	43.888	11.615	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	161	161	-	-
Folha de pagamento	3.923	5.614	-	-
Participação nos lucros	17.843	25.915	3.144	4.339
Convênios de arrecadação	42.171	46.439	-	-
Outros	8.892	8.576	1.481	1.616
<b>Total</b>	<b>410.182</b>	<b>292.770</b>	<b>52.670</b>	<b>108.688</b>

(\*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

### ( 23 ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	880.653.030	880.653.030	100,00
Ações em tesouraria	1	1	-
<b>Total</b>	<b>880.653.031</b>	<b>880.653.031</b>	<b>100,00</b>

#### 23.1 - Aumento de Capital

Através da AGO/E de 15 de junho de 2020, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 17.475, referente capitalização do benefício fiscal do ágio apurado nos exercícios de 2019 sem emissão de novas ações.

#### 23.2 - Distribuição de Dividendo

Na AGO/E de 15 de junho de 2020, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2019, através de (i) dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 83.003, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,094251211; (ii) dividendo adicional proposto, no montante de R\$ 576.335, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,654440307 e (iii) Juros sobre Capital Próprio proposto ("JCP"), no valor total de R\$ 136.386 atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,154869448 (R\$ 0,131639031 líquido dos efeitos tributários), os quais são imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social.

## Notas Explicativas

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 (nota 23).

No primeiro semestre de 2020, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 130.000 referente a dividendos.

### ( 24 ) LUCRO POR AÇÃO

#### Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados:

	2020		2019	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Numerador</b>				
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	156.934	465.593	188.854	376.319
<b>Denominador</b>				
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	880.653.031	880.653.031	880.653.031	880.653.031
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$</b>	<b>0,18</b>	<b>0,53</b>	<b>0,21</b>	<b>0,43</b>

Para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.



## Notas Explicativas

**( 25 ) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	2020		2019	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Receita de operações com energia elétrica</b>				
<b>Classe de consumidores</b>				
Residencial	1.554.282	3.368.246	1.633.639	3.348.296
Industrial	260.875	588.662	361.092	695.613
Comercial	520.920	1.246.652	682.030	1.370.121
Rural	112.003	216.928	115.176	219.962
Poderes públicos	79.136	186.717	111.937	213.678
Iluminação pública	99.542	202.030	101.011	190.936
Serviço público	162.364	325.575	156.319	307.616
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>2.789.122</b>	<b>6.134.809</b>	<b>3.161.205</b>	<b>6.346.222</b>
Fornecimento não faturado (líquido)	(28.444)	(25.485)	10.031	20.162
ao consumidor cativo	(1.253.846)	(2.724.789)	(1.366.913)	(2.658.308)
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>1.506.832</b>	<b>3.384.535</b>	<b>1.804.323</b>	<b>3.708.077</b>
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	12.936	29.369	135.644	169.374
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(2.026)	(3.894)	(1.723)	(3.397)
Energia elétrica de curto prazo	98.292	201.930	5.084	140.750
<b>Suprimento de energia elétrica</b>	<b>109.202</b>	<b>227.405</b>	<b>139.005</b>	<b>306.727</b>
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	1.255.872	2.728.683	1.368.636	2.661.706
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	355.650	764.347	402.896	741.488
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	(4.737)	(13.673)	(4.189)	(11.602)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	215.029	385.332	187.715	340.917
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)	173.145	(18.100)	11.199	(83.088)
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)	(25.161)	30.503	43.693	70.085
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares	151.797	275.143	118.994	280.534
Outras receitas e rendas	47.229	96.611	39.853	79.676
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>2.168.824</b>	<b>4.248.846</b>	<b>2.168.797</b>	<b>4.079.716</b>
<b>Total da receita operacional bruta</b>	<b>3.784.858</b>	<b>7.860.785</b>	<b>4.112.125</b>	<b>8.094.519</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>				
ICMS	(562.834)	(1.251.593)	(639.373)	(1.298.851)
PIS	(59.184)	(123.240)	(64.182)	(126.768)
COFINS	(272.606)	(567.653)	(295.627)	(583.900)
ISS	(135)	(275)	(115)	(225)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(398.499)	(841.263)	(486.295)	(949.496)
Programa de P & D e eficiência energética	(22.580)	(46.729)	(23.289)	(46.892)
PROINFA	(18.610)	(40.462)	(21.929)	(40.197)
Bandeiras tarifárias e outros	43	100.201	(16.641)	44.702
Outros	(3.081)	(6.161)	(3.081)	(5.732)
	<b>(1.337.486)</b>	<b>(2.777.176)</b>	<b>(1.550.531)</b>	<b>(3.007.359)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.447.372</b>	<b>5.083.610</b>	<b>2.561.594</b>	<b>5.087.160</b>

## Notas Explicativas

Receita de operações com energia elétrica - em GWh	2020		2019	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Classe de consumidores</b>				
Residencial	2.320	4.885	2.349	5.003
Industrial	417	951	590	1.181
Comercial	797	1.898	1.042	2.193
Rural	265	497	278	573
Poderes públicos	127	303	183	366
Iluminação pública	253	505	254	502
Serviço público	312	620	296	614
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>4.491</b>	<b>9.659</b>	<b>4.992</b>	<b>10.431</b>
Consumo próprio	5	10	5	11
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>4.496</b>	<b>9.669</b>	<b>4.997</b>	<b>10.442</b>
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	48	101	996	1.098
Energia elétrica de curto prazo	1.338	1.914	100	567
<b>Suprimento de energia elétrica</b>	<b>1.386</b>	<b>2.015</b>	<b>1.096</b>	<b>1.665</b>

Nº de consumidores	30/06/2020	30/06/2019
<b>Classe de consumidores</b>		
Residencial	4.221.081	4.142.342
Industrial	26.959	28.151
Comercial	242.093	244.754
Rural	81.581	81.851
Poderes públicos	28.604	28.009
Iluminação pública	8.664	8.681
Serviço público	5.105	4.972
Consumo Próprio	453	458
<b>Total</b>	<b>4.614.540</b>	<b>4.539.218</b>

### 25.1 - Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Revisão Tarifária Periódica (“RTP”)

Em 08 de abril de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.670/2020, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, em 14,90%, sendo 6,09% referentes ao reajuste tarifário econômico e 8,80% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 6,05%.

Como o reajuste tarifário foi suspenso até o dia 30 de junho de 2020, no contexto do estado de emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da pandemia do coronavírus (COVID-19), mantem-se no ínterim a aplicação das tarifas atualmente vigentes, publicadas pela REH nº 2.526/2019.

A ANEEL reconheceu o direito da Companhia a valor referente à não arrecadação da receita tarifária adicional no período, autorizando a Companhia a realizar, em 3 (três) parcelas iguais, dedução proporcional ao período de suspensão do recolhimento das cotas mensais da CDE à CCEE para as competências de abril, maio e junho de 2020.

A recomposição financeira ao fundo setorial por parte da Companhia ocorrerá em 6 (seis) parcelas iguais e mensais a partir da competência de julho de 2020, corrigidas pela SELIC.

Em 02 de abril de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.526, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 08 de abril de 2019, em 12,02%, sendo 2,95% referentes ao reajuste tarifário econômico e 9,07% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 8,66%.

## Notas Explicativas

### 25.2 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários

Os detalhes referentes ao aporte CDE estão divulgados na nota 25.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

No primeiro semestre de 2020, foi registrada receita de R\$ 275.143 (R\$ 280.534 no primeiro semestre de 2019), sendo (i) R\$ 59.127 (R\$ 16.179 no primeiro semestre de 2019) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 205.983 (R\$ 227.986 no primeiro semestre de 2019) referentes a descontos tarifários; (iii) R\$ 34 (R\$ 185 no primeiro semestre de 2019) de desconto tarifário – liminares e (iv) R\$ 9.999 (R\$ 36.184 no primeiro semestre de 2019) de subvenção CCRBT.

### 25.3 – Conta de desenvolvimento energético – (“CDE”)

Os detalhes referentes a CDE estão divulgados na nota 25.4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) n° 2.664, de 17 de dezembro de 2019, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE Uso vigentes para o ano de 2020.

## ( 26 ) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	2020		2019	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b><u>Energia comprada para revenda</u></b>				
Energia de Itaipu Binacional	455.894	863.122	311.350	606.005
PROINFA	36.242	68.911	45.536	95.106
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	1.095.095	2.234.006	1.138.380	2.421.893
Crédito de PIS e COFINS	(143.878)	(285.359)	(96.905)	(241.108)
<b>Subtotal</b>	<b>1.443.352</b>	<b>2.880.680</b>	<b>1.398.361</b>	<b>2.881.896</b>
<b><u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u></b>				
Encargos da rede básica	221.824	467.087	211.172	426.638
Encargos de transporte de Itaipu	32.821	64.036	31.445	61.351
Encargos de conexão	7.281	14.144	6.835	13.436
Encargos de uso do sistema de distribuição	4.273	8.562	5.495	12.525
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)	(104.553)	(97.178)	9.323	(9.072)
Encargos de energia de reserva - EER	55.375	55.375	42.192	42.192
Crédito de PIS e COFINS	(20.074)	(47.361)	(28.347)	(50.603)
<b>Subtotal</b>	<b>196.948</b>	<b>464.665</b>	<b>278.113</b>	<b>496.465</b>
<b>Total</b>	<b>1.640.300</b>	<b>3.345.345</b>	<b>1.676.475</b>	<b>3.378.361</b>

(\*) Conta de energia de reserva

	2020		2019	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b><u>Energia comprada para revenda - GWh</u></b>				
Energia de Itaipu Binacional	1.214	2.432	1.234	2.456
PROINFA	119	233	121	237
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	5.366	10.951	5.622	11.336
<b>Total</b>	<b>6.699</b>	<b>13.616</b>	<b>6.976</b>	<b>14.029</b>



## Notas Explicativas

**( 27 ) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2º Trimestre											
	Custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Pessoal	67.925	75.255	-	-	10.816	13.541	20.272	20.003	-	-	99.013	108.800
Entidade de previdência privada	30.445	19.494	-	-	-	-	-	-	-	-	30.445	19.494
Material	17.376	17.162	302	178	166	375	1.547	945	-	-	19.391	18.661
Serviços de terceiros	30.216	33.854	706	494	30.504	32.247	35.988	34.889	-	-	97.414	101.484
Custos com construção da infraestrutura	-	-	215.029	187.715	-	-	-	-	-	-	215.029	187.715
Outros	466	290	11	-	11.148	11.483	20.338	26.530	3.780	7.399	35.744	45.702
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	11.081	11.402	-	-	-	-	11.081	11.402
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	515	665	-	-	515	665
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	1.672	1.227	-	-	1.672	1.227
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	13.117	21.002	-	-	13.117	21.002
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	1.566	304	-	-	1.566	304
Perda (ganho) na alienação, desativação e	-	-	-	-	-	-	-	-	2.892	6.790	2.892	6.790
Outros	466	290	11	-	67	81	3.468	3.332	888	609	4.901	4.312
<b>Total</b>	<b>146.428</b>	<b>146.056</b>	<b>216.049</b>	<b>188.389</b>	<b>52.634</b>	<b>57.646</b>	<b>78.145</b>	<b>82.368</b>	<b>3.780</b>	<b>7.399</b>	<b>497.035</b>	<b>481.858</b>

	1º Semestre											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Pessoal	137.025	144.194	-	-	23.278	26.073	39.455	36.565	-	-	199.758	206.832
Entidade de previdência privada	61.683	38.989	-	-	-	-	-	-	-	-	61.683	38.989
Material	30.968	36.645	442	268	507	752	5.993	1.447	-	-	37.910	39.112
Serviços de terceiros	60.107	63.435	1.259	861	62.839	64.241	63.304	69.078	-	-	187.509	197.615
Custos com construção da infraestrutura	-	-	385.332	340.917	-	-	-	-	-	-	385.332	340.917
Outros	818	(1.174)	12	-	22.949	23.286	42.941	45.918	10.089	14.367	76.810	82.397
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	22.801	23.132	-	-	-	-	22.801	23.132
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	991	1.361	-	-	991	1.361
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	2.778	2.425	-	-	2.778	2.425
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	30.354	33.081	-	-	30.354	33.081
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	1.892	608	-	-	1.892	608
Perda (ganho) na alienação, desativação e	-	-	-	-	-	-	-	-	8.389	13.091	8.389	13.091
Outros	818	(1.174)	12	-	148	154	6.926	8.443	1.700	1.276	9.605	8.699
<b>Total</b>	<b>290.601</b>	<b>282.089</b>	<b>387.044</b>	<b>342.048</b>	<b>109.573</b>	<b>114.351</b>	<b>151.693</b>	<b>153.009</b>	<b>10.089</b>	<b>14.367</b>	<b>949.001</b>	<b>905.864</b>



## Notas Explicativas

### ( 28 ) RESULTADO FINANCEIRO

	2020		2019	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Receitas</b>				
Rendas de aplicações financeiras	20.777	31.908	7.057	14.788
Acréscimos e multas moratórias	33.837	72.870	34.144	68.451
Atualização de créditos fiscais	-	951	1.331	1.729
Atualização de depósitos judiciais	2.440	5.735	5.511	10.938
Atualizações monetárias e cambiais	24.749	130.742	10.146	13.870
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	1.055	3.019	2.342	6.157
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	3.807	8.974	10.392	23.477
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(3.806)	(7.759)	(3.839)	(7.753)
Outros	4.348	8.913	4.261	8.474
<b>Total</b>	<b>87.208</b>	<b>255.352</b>	<b>71.346</b>	<b>140.132</b>
<b>Despesas</b>				
Encargos de dívidas	(51.529)	(102.010)	(58.495)	(118.115)
Atualizações monetárias e cambiais	2.125	(21.062)	(29.270)	(54.272)
(-) Juros capitalizados	2.735	5.030	2.304	4.364
Outros	(5.217)	(10.360)	(6.844)	(11.716)
<b>Total</b>	<b>(51.886)</b>	<b>(128.402)</b>	<b>(92.305)</b>	<b>(179.739)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>35.322</b>	<b>126.950</b>	<b>(20.959)</b>	<b>(39.608)</b>

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 869.129 no primeiro semestre de 2020 (R\$ 23.755 no primeiro semestre de 2019) (nota 31).

### ( 29 ) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Informações de acionistas controladores, principais naturezas e transações estão descritas na nota 29 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no primeiro semestre de 2020, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 4.439 (R\$ 3.222 no primeiro semestre de 2019). Este valor é composto por R\$ 4.266 (R\$ 3.127 no primeiro semestre de 2019) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 173 (R\$ 95 no primeiro semestre de 2019) de outros benefícios pós-emprego de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

**Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia são como seguem:**

Empresas	Passivo		Despesa / Custo	
	30/06/2020	31/12/2019	1º Semestre 2020	1º Semestre 2019
<b>Encargos - Rede básica</b>				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	1.078	55.252	36.728
<b>Intangível, materiais e prestação de serviço</b>				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	(165)	-	145	77

## Notas Explicativas

## Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A, são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa / custo	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	1º Semestre 2020	1º Semestre 2019	1º Semestre 2020	1º Semestre 2019
<b>Alocação de despesas entre empresas</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	7	-	13	-	-	(68)	(69)
CPFL Brasil Varejista S.A.	1	1	-	-	-	-	(1)	(1)
Companhia Piratininga de Força e Luz	939	931	1.155	1.129	-	-	959	1.225
Companhia Jaguarí de Energia	551	586	160	169	-	-	(2.745)	(2.183)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	1.800	1.698	254	267	-	-	(10.993)	(8.633)
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	13	-	-	(73)	(62)
CPFL Energia S.A.	55	52	-	-	-	-	(359)	(320)
CPFL Renováveis - Consolidado	-	3	-	26	-	-	(74)	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	35	-	1	1	-	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	3	-	-	(9)	(6)
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
CPFL GD S.A.	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda.	-	3	-	2	-	-	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
<b>Arrendamento e aluguel</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	101	109	-	-
CPFL Comercialização Cone Sul S.A.	-	-	-	-	1	1	-	-
CPFL Brasil Varejista S.A.	-	-	-	-	1	2	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	487	454	-	-
Companhia Jaguarí de Energia	-	-	-	-	59	36	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	-	-	-	-	59	45	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	107	111	-	-
CPFL C Geradoras Ltda.	-	-	-	-	1	1	-	-
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	1	1	-	-
Sul Geradora Participações	-	-	-	-	1	1	-	-
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	109	-	-	14
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	-	-	204	102	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	-	4	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	13	8	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	-	1	1	-	-
CPFL GD S.A.	-	-	-	-	1	1	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	1	1	-	-
<b>Dividendos/Juros sobre o capital próprio</b>								
CPFL Energia S.A.	-	-	1.067.052	620.717	-	-	-	-
<b>Intangível, materiais e prestação de serviço</b>								
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	145	-	167	-	-	-	-
Companhia Jaguarí de Energia	-	18	-	-	-	-	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	-	17	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	1.012	9.263	15.838	15.851	95	-	27.793	25.394
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	21	43	2.151	2.293	-	-	12.687	13.695
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda	-	-	469	499	-	-	2.843	10.119
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	3	3	-	-	23	9	-	-
CPFL Telecom S.A.	-	-	5	-	-	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	4	349	1.478	85	-	2.522	1.436
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	978	1.928	-	-	-	11.764
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	442	408	-	-	2.608	-
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	383	326	-	-	2.087	-
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda.	-	-	502	460	-	-	2.827	-
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	19	19	-	-	121	29	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	20	20	-	-	134	134	-	-
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	30	-	-	-	4.914	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	1.407	2.880	-	-	7.748	8.370	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	32	13.095	12.585	-	-	76.546	70.796
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	19	28	-	-	122	117
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	3.224	3.603	-	-	14.931	27.295
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	402	381	-	-	1.995	1.602
Campos Novos Energia S.A.	-	-	44.888	39.995	-	-	126.067	112.601
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	10.978	10.621	-	-	64.312	59.474
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	27.802	27.289	-	-	160.025	148.421
CPFL Renováveis - Consolidado	333	524	997	907	3.030	2.746	6393	5093
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	6	6	-	-	-	-	-	-
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	284	275	-	-	4.889	3.901
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	62	60	-	-	5.695	5.436
<b>Outros</b>								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	1.892	608

## (\*) Intangível, ativo contratual em curso, materiais e prestação de serviços:

Aquisição de imobilizado e intangível – A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de construção civil no período. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como ativo contratual da Companhia R\$ 26.260 no primeiro semestre de 2020 (R\$ 47.093 no primeiro semestre de 2019), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

## Notas Explicativas

### ( 30 ) GESTÃO DE RISCOS

As informações sobre a estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 31 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

### ( 31 ) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	30/06/2020	
				Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	2.931.274	2.931.274
Titulos e valores mobiliarios	6	(a)	Nível 1	600.018	600.018
Derivativos	31	(a)	Nível 2	894.921	894.921
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	3.774.185	3.774.185
<b>Total</b>				<b>8.200.398</b>	<b>8.200.398</b>
<b>Passivo</b>					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	1.101.979	1.101.979
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	3.953.454	3.953.454
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	2.146.675	2.070.949
<b>Total</b>				<b>7.202.108</b>	<b>7.126.382</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

(\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 110.286 no 1º Semestre de 2020 (uma perda de R\$ 38.784 no 1º Semestre de 2019).

(\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

#### Legenda

##### Categoria / Mensuração:

- (a) - Valor justo contra o resultado
- (b) - Mensurado ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – CDE; (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros; (v) convênios de arrecadação; e (vi) ativo financeiro setorial.



## Notas Explicativas

- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar; (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; (v) Empresa de Pesquisa Energética – EPE; (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL; (vii) convênios de arrecadação; (viii) descontos tarifários – CDE e (ix) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve no primeiro semestre de 2020, transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

### a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado no primeiro semestre de 2020 de R\$ 33.936 (R\$ 73.147 no primeiro semestre de 2019), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 11.

### b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge econômico*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 30 de junho de 2020 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)			Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional
	Ativo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos <sup>(1)</sup>					
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial								
Empréstimos bancários - Lei 4.131	726.032	726.032	656.650	69.381	US\$ + (Libor 3 meses + 0,95% a 0,99%) ou (1,96% a 3,66%)	103,2% a 116% do CDI ou CDI + 0,12% a 0,89%	mar/19 a fev/25	1.924.337
Empréstimos bancários - Lei 4.131	168.890	168.890	188.523	(19.633)	Euro + 0,43% a 0,79%	103,5% do CDI ou CDI + 0,58	fev/22 a fev/23	1.289.380
<b>Total</b>	<b>894.921</b>	<b>894.921</b>	<b>845.173</b>	<b>49.748</b>				
Circulante	250.731							
Não circulante	644.190							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

<sup>(1)</sup> Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

## Notas Explicativas

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

Derivativos	Saldo em	Atualização	Liquidação	Saldo em
	31/12/2019	monetária e cambial e marcação a mercado		30/06/2020
Para dívidas designadas a valor justo	106.758	831.759	(93.344)	845.173
Marcação a mercado (*)	12.487	37.261	-	49.748
<b>Total</b>	<b>119.244</b>	<b>869.020</b>	<b>(93.344)</b>	<b>894.921</b>

(\*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2020 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: ganho de R\$ 37.261 para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 16).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de receita e despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado				Ganho (Perda) no resultado abrangente		
	2020		2019		2020	2019	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Variação cambial	243.317	831.760	(34.346)	(14.791)	-	-	-
Marcação a mercado	(33.443)	37.369	34.754	38.546	(108)	(46)	(45)
	<b>209.874</b>	<b>869.129</b>	<b>408</b>	<b>23.755</b>	<b>(108)</b>	<b>(46)</b>	<b>(45)</b>

### c) Ativos financeiros da concessão

Em função Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

### d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros, que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

### e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, TJLP, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

## Notas Explicativas

### e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 30 de junho de 2020 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(2.553.703)		(32.085)	614.362	1.260.809
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	2.681.669		33.692	(645.148)	(1.323.988)
	<b>127.966</b>	baixa dolar	<b>1.607</b>	<b>(30.786)</b>	<b>(63.179)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(1.399.751)		(29.297)	327.965	685.227
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.486.123		31.104	(348.203)	(727.509)
	<b>86.372</b>	baixa euro	<b>1.807</b>	<b>(20.238)</b>	<b>(42.282)</b>
<b>Total</b>	<b>214.338</b>		<b>3.414</b>	<b>(51.024)</b>	<b>(105.461)</b>
<b>Efeitos no resultado abrangente acumulado</b>			<b>840</b>	<b>(14.492)</b>	<b>(29.823)</b>
<b>Efeitos no resultado do período</b>			<b>2.574</b>	<b>(36.532)</b>	<b>(75.638)</b>

(a) A taxa de cambio considerada em 30.06.2020 foi de R\$ 5,48 para o dólar e R\$ 6,15 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 5,54 e R\$ 6,28 e a depreciação cambial de 1,26% e 2,09%, do dólar e do euro respectivamente em 30.06.2020.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

### e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de junho de 2020 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	3.484.802				85.378	106.722	128.066
Instrumentos financeiros passivos	(1.383.346)				(33.892)	(42.365)	(50.838)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(3.272.871)				(80.185)	(100.232)	(120.278)
	<b>(1.171.415)</b>	alta CDI	<b>4,59%</b>	<b>2,45%</b>	<b>(28.699)</b>	<b>(35.875)</b>	<b>(43.050)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(22.556)				(1.107)	(1.384)	(1.661)
	<b>(22.556)</b>	alta TJLP	<b>5,39%</b>	<b>4,91%</b>	<b>(1.107)</b>	<b>(1.384)</b>	<b>(1.661)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(1.764.323)				(50.813)	(38.109)	(25.406)
Ativo financeiro da concessão	3.774.185				108.697	81.522	54.348
	<b>2.009.862</b>	baixa IPCA	<b>2,14%</b>	<b>2,88%</b>	<b>57.884</b>	<b>43.413</b>	<b>28.942</b>
Ativos e passivos financeiros setoriais	646.593				15.842	11.881	7.921
Instrumentos financeiros passivos	(15.453)				(379)	(284)	(189)
	<b>631.140</b>	baixa SELIC	<b>4,59%</b>	<b>2,45%</b>	<b>15.463</b>	<b>11.597</b>	<b>7.732</b>
<b>Total</b>	<b>1.447.031</b>				<b>43.541</b>	<b>17.751</b>	<b>(8.037)</b>
<b>Efeitos no resultado do período</b>					<b>43.541</b>	<b>17.751</b>	<b>(8.037)</b>

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma receita de R\$ 16.996.



## Notas Explicativas

### f) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

#### Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por muitos saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos meses. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora efetuado o cálculo considerando os saldos vencidos conforme o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios (aging), divididos pela receita e descontados do fator de eficiência de corte de energia. Os parâmetros regulatórios são classificados como segue:

<b>Classe de consumo</b>	<b>Aging</b>
Residencial	90
Comercial e outras receitas	180
Industrial, rural, poder público em geral	360

Após apuração do valor conforme o critério regulatório acima apresentado, o mesmo foi dividido pela receita total faturada da competência relacionada ao *aging* de cada classe de consumo e então deduzido o percentual de eficiência médio dos cortes de energia. O percentual de eficiência foi calculado baseando-se em dados históricos da Companhia, e mostra que há um ganho de eficiência no recebimento dos valores em atraso quando existe a possibilidade de corte de energia, o que, por determinações regulatórias, foram proibidos até 31 de julho de 2020. Dessa forma, a Companhia entende que o efeito de tal proibição dos cortes é temporal e que tende a normalização no momento em que puderem ser aplicados novamente. Assim, a metodologia atual pode ser entendida como:

$$\% \text{ PDD Contabilizada} = \left( \frac{\text{PDD Regulatória}}{\text{Receita Faturada}} \right) \times (1 - \text{Eficiência do Corte } \%)$$

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como expected credit losses, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“Probability of Default - PD”), Exposição na Inadimplência (“Exposure at Default - EAD”) e Perda Dada a Inadimplência (“Loss Given Default - LGD”).

Importante mencionar que a Companhia permanece acompanhando os desdobramentos da atual crise em seus resultados, buscando avaliar a metodologia que reflita tempestivamente a perda esperada.

#### Fatores macroeconômicos

## Notas Explicativas

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, além dos efeitos da pandemia causada pelo COVID 19 e que estão considerados em nossa metodologia de cálculo, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

### Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o primeiro semestre de 2020 e exercício de 2019 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

### Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA-, baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 31). A Administração não identificou para o primeiro semestre de 2020 e exercício de 2019 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

## **(32) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA**

No primeiro semestre de 2020, a Companhia possuía um valor de R\$ 5.030 (R\$ 4.364 no primeiro semestre de 2019) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 28).

## **( 33 ) FATOS RELEVANTES E EVENTOS SUBSEQUENTES**

### **33.1 Empréstimos e financiamentos – pré-pagamentos**

A partir de 1º de julho de 2020 e até o momento da aprovação destas informações contábeis intermediárias, foram liquidados antecipadamente R\$ 125.791 de empréstimos, conforme quadro a seguir.

Modalidade	Encargos financeiros anuais	30/06/2020	Faixa de vencimento
<b>Mensuradas ao custo - Moeda Nacional</b>			
<b>Pré fixado</b>			
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 6%	89.399	2013 a 2024
<b>Selic</b>			
FINEM	SELIC + 2,62%	14.923	2016 a 2022
<b>Pós fixado - TJLP</b>			
FINEM	TJLP + de 2,12% a 3,08%	21.469	2014 a 2022
		<b>125.791</b>	

## Notas Explicativas

### 33.2 Conta COVID

Em 24 de julho de 2020, através do Despacho nº 2.177, a ANEEL fixou os valores da Conta COVID a serem repassados para as concessionárias e permissionárias distribuidoras de energia elétrica, relativo às competências de abril, maio e junho de 2020. O montante fixado para a Companhia foi de R\$ 533.649, em conformidade com o valor declarado anteriormente à ANEEL, e foi recebido integralmente no dia 31 de julho de 2020.

Os valores relativos aos meses posteriores, declarados pela Companhia dentro dos limites estabelecidos pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 885/20, totalizando R\$ 296.527, serão homologados e repassados até Janeiro de 2021, conforme cronograma estabelecido pela Agência reguladora.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Telles, 977 - 10º andar, Cambuí

13024-001 - Campinas/SP – Brasil

Edifício Dahruj Tower Caixa Postal 737 - CEP 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000, Fax +55 (19) 3198-6205

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos

Administradores e Acionistas da

Companhia Paulista de Força e Luz

Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Paulista de Força e Luz (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 10 de agosto de 2020.

KPMG Auditores Independentes

Marcio José dos Santos

CRC 2SP-027612/F

Contador CRC 1SP252906/O-0

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas - São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 33.050.196/0001-88, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 30 de junho de 2020;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 30 de junho de 2020.

Campinas, 10 de agosto de 2020.

Roberto Sartori

Diretor Presidente

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Sergio Luis Felice

Diretor de Contabilidade

CT CRC: 1SP192.767/O-6



## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas - São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 33.050.196/0001-88, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 30 de junho de 2020;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 30 de junho de 2020.

Campinas, 10 de agosto de 2020.

Roberto Sartori

Diretor Presidente

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Sergio Luis Felice

Diretor de Contabilidade

CT CRC: 1SP192.767/O-6